

# Hipocrisia acadêmica

Paulo Valle \*

“O governo fez bom trabalho quando decidiu dar Bolsa-Escola, pois criança trabalhando não tem futuro algum. O futuro do Brasil está nas escolas.” (Depoimento de aluna do Programa Bolsa-Escola no Paranoá, colhido por consultores da Unesco, Unicef e Instituto Polis)

Acredito na importância da crítica e na troca de opiniões e experiências como instrumentos de reflexão e de correção de rumos da ação governamental.

No caso do Programa Bolsa-Escola, do governo Cristovam Buarque, na capital da República, tem sido assim. Nos seus três anos de funcionamento, o programa passou por várias avaliações externas, realizadas por profissionais e instituições da maior respeitabilidade, que foram e têm sido fundamentais para o acompanhamento do programa e para seu aperfeiçoamento como instrumento eficaz de intervenção na realidade social do DF.

Nesse sentido, o artigo intitulado *O Programa Bolsa-Escola*, de autoria do economista e professor da Universidade de Brasília, Carlos Alberto Ramos, publicado nesse jornal na edição do dia 20 de março, merece alguns comentários.

Em primeiro lugar, talvez pela formação acadêmica do articulista, o artigo peca por um certo viés economicista, com exagerada ênfase em números e dados estatísticos. Peca, ainda, por uma premissa errada, ao deixar implícito que o objetivo principal do Programa Bolsa-Escola é a distribuição de renda.

Ora, todos nós sabemos que, com dados estatísticos, sobretudo com a precariedade dos dados estatísticos em nosso País, pode-se provar tudo, até mesmo concluir, como o faz o autor, que há diminuição do trabalho infantil e elevação dos índices educacionais, apesar de todas as evidências sobre os alarmantes níveis de analfabetismo e de exploração do trabalho infantil, além dos dois milhões e trezentas mil crianças fora da escola, como admite o próprio MEC. Diminuir a importância da Bolsa-Escola, alegando suposta melhoria dos indicadores sociais, parece um grande equívoco.

Ademais, o objetivo central da Bolsa-Escola não é resolver o problema da miséria pelo lado

da distribuição de renda, mas sim, *colocar e manter na escola, com sucesso escolar*, crianças provenientes de famílias carentes e historicamente alijadas do processo educacional, seja pela simples ausência de matrícula, seja pela repetência e pelo atraso escolar que acabam levando ao abandono definitivo da escola. Se o articulista estivesse atento a esses indicadores educacionais, talvez compreendesse melhor o verdadeiro sentido da Bolsa-Escola, que conseguiu praticamente eliminar o problema da evasão e reduzir drasticamente a repetência escolar, dois grandes males da educação brasileira, conforme quadro demonstrativo abaixo.

	Ano	Rede Pública	Bolsa-Escola
Taxa de evasão	1994	6,2%	-
	1995	6,0%	0,2%
	1996	5,2%	0,4%
Taxas de reprovação	1994	22,5%	-
	1995	20,5%	7,7%
	1996	16,7%	8,9%

Fonte: Secretaria de Educação/Deplan - Secretaria Executiva da Bolsa Escola

O viés economicista do articulista leva a um segundo equívoco, qual seja: tratar como discriminação a não aceitação no programa de famílias que não tenham crianças na faixa etária de 7 a 14 anos e atribuí-la a uma suposta restrição de recursos. É claro que há limites de recursos para a adoção de programas sociais, tendo em conta não só a capacidade financeira do Estado, mas também a necessidade de melhor distribuir os recursos públicos, a fim de atender prioridades. Entretanto, o público-alvo da Bolsa-Escola (famílias que tenham crianças entre 7 e 14 anos) foi definido em razão dos objetivos do programa (*lugar de criança é na escola*), considerando que esta é a faixa etária para a qual a Constituição determina a obrigatoriedade do ensino público gratuito. Não foram restrições de ordem financeira. O Governo Democrático e Popular desenvolve outros programas que atendem famílias com filhos de zero a seis anos ou famílias com jovens e adultos analfabetos.

Em terceiro lugar, cabe informar que ninguém do Governo do Distrito Federal atribui à Bolsa-Escola méritos além daqueles que vêm sendo cons-

tatados em levantamentos e avaliações periódicas. Assim, no que diz respeito à diminuição do trabalho infantil - que o articulista diz ser uma tendência no País, independentemente de programas sociais como a Bolsa-Escola - é a Delegacia Regional do Trabalho, em levantamento de campo, que atribui ao Programa Bolsa-Escola papel importante nessa diminuição. Também, a Secretaria da Criança do DF, em levantamentos sobre meninos de rua, realizados em 1996 e 1997, comprova uma redução de mais de um terço de meninos em situação de rua em Brasília, chegando à conclusão de que a Bolsa-Escola tem tido um papel preventivo quanto ao trabalho precoce.

Por último, apesar do aparente rigor técnico do artigo em questão, parece que a verdadeira intenção do autor não é fazer uma análise séria e criteriosa do Programa Bolsa-Escola, mas passar a idéia apressada para os leitores de que o Governador Cristovam Buarque, apesar da Bolsa-Escola, não conseguiu reverter os índices de suposta desaprovação entre os segmentos de baixa renda (exatamente aqueles aos quais a Bolsa-Escola se destina) como se o programa tivesse sido criado com essa finalidade.

A idéia de um programa como a Bolsa-Escola vem sendo gestada muito antes de o atual governador sair candidato ao Governo do Distrito Federal. Vem desde o Governo Paralelo, criado pelo PT em 1990, após a vitória de Collor nas eleições do ano anterior, do qual fez parte o professor Cristovam Buarque. Durante a campanha em 1994, acabou por se transformar na principal proposta do programa de governo da Frente Brasília Popular, tanto que dois dias após a posse do candidato vitorioso, o programa foi anunciado na cidade do Paranoá, como uma experiência piloto, na medida em que era uma idéia pioneira. Já no dia 11 de janeiro de 1995, o governador Cristovam assinou o Decreto nº 16.270, criando o programa. Nenhuma preocupação, portanto, com a

imagem do governador, sua aprovação ou desaprovação pela população, mas sim a determinação de rever prioridades e de colocar imediatamente em prática os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Para concluir, permito-me transcrever as conclusões de recente estudo feito pela Unesco, Unicef e o Instituto Polis, que aplicaram centenas de questionários junto a professores, pais e crianças participantes e não participantes do programa, além de entrevistas e encontros com beneficiários e não beneficiários da Bolsa-Escola em três cidades do DF, onde vem sendo implementado o programa. Diz o relatório:

“O estudo conclui que, em sendo um programa de índole pioneira no Brasil, que teve que construir todo o seu instrumental partindo da estaca zero, que tenta enfrentar - e o faz com êxito - os dois problemas mais sérios que afetam o país, quais sejam, a luta contra a pobreza e a exclusão social, os dados levantados, tanto no estudo realizado, quanto em outras avaliações recentes, permitem afirmar que, com baixos custos relativos, o programa consegue efetivamente: a) melhorar a qualidade de vida das famílias em condições de pobreza extrema; b) melhorar as condições de acesso e permanência na escola dos setores sociais mais afetados pelos déficits educacionais; c) melhorar o aproveitamento escolar dos bolsistas, igualando-os aos não bolsistas; d) contribuir para a geração de uma cultura escolar positiva em setores sociais tradicionalmente excluídos da escola, aumentando o gosto pela escola e pelo estudo, incrementando a participação das famílias no processo educativo dos filhos; e) contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, com sinais de tolerância e solidariedade; f) melhorar a autoestima e aumentar a esperança de futuro melhor nos setores mais carentes da população; g) evitar o trabalho infantil.”

É pena que o professor-economista Carlos Alberto Ramos não tenha tido a oportunidade de conhecer *in loco*, apesar de residir em Brasília, o Programa Bolsa-Escola.

\* Coordenador do Programa Bolsa-Escola do Governo do Distrito Federal